

## **EDIFICAÇÕES ESCOLARES EM PONTA GROSSA A PARTIR DA GESTÃO DA “COISA PÚBLICA” DE ALBARY GUIMARÃES**

### **SCHOOL BUILDINGS IN PONTA GROSSA IN THE ADMINISTRATION OF ALBARY GUIMARÃES’S “PUBLIC AFFAIRS”**

**Cirlei Francisca Gomes Carneiro<sup>1</sup>, Joselfredo Cercal de Oliveira<sup>1\*</sup>**

<sup>1</sup> Autor para contato: Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, Departamento de História, Campus Central, Ponta Grossa, PR, Brasil; (42) 3220-3375; e-mail: cirfran@zipmail.com.br

*Recebido para publicação em 03/03/2004*

*Aceito para publicação em 19/10/2004*

#### **RESUMO**

O sentido deste texto está em buscar a raiz histórica ou os elementos que melhor permitiriam compreender a “gestão da coisa pública” (Foucault, 1979) sobre a educação primária em Ponta Grossa, Paraná. Refletindo, sobre a educação pública municipal, para a primeira metade do século XX, tornou-se imprescindível referir-se, inicialmente, ao político Albary Guimarães, que governou Ponta Grossa como Prefeito Municipal nomeado pelo Interventor do Paraná, Manoel Ribas, em 1932. Com a promulgação da Constituição de 1934, que estabeleceu Eleições Gerais no Brasil, foi, então, eleito para a casa. O advento do Estado Novo manteve-o no cargo por Decreto Interventorial, desde 1937 até agosto de 1945. A pesquisa, ao mesmo tempo em que estudou a preservação das edificações do passado escolar, resgatou provas objetivas da personalidade de Albary Guimarães, hoje visto com referencial de “conhecimento”.

Palavras-chave: edificações escolares, relações sócio-políticas, gestão da “coisa pública”

#### **ABSTRACT**

The aim of this study is to search for the historical roots or elements that can best elucidate the “administration of public affairs” (Foucault, 1979) about elementary education in Ponta Grossa, Paraná. When we focus on public municipal education in the first half of the twentieth century it is necessary to mention the politician Albary Guimarães, who was appointed mayor of Ponta Grossa by the Interventor of Paraná, Manoel Ribas, in 1932. Later, with the promulgation of the Constitution of 1934,

---

<sup>1\*</sup> Falecido em 2004.

which established general elections in Brazil, he was elected for the office. The institution of the New State kept him in office through a decree of the Interventor, from 1937 until August 1945. The research concerning the preservation of the buildings of our educational past also revealed the remarkable personality of Albany Guimarães, seen today as a point of reference in terms of “knowledge”.

Key words: school buildings, socio-political relations, administration of “public affairs”

No Brasil, a era Vargas constituiu-se uma fase histórica em que ocorreram transformações políticas e sociais, haja vista a nova definição da gestão da “coisa pública” (Foucault, 1982) federal em diferentes setores da educação pública.

Objetivou-se pesquisar sobre a gestão da “coisa pública” municipal de Albany Guimarães em torno da educação primária ponta-grossense no sentido de verificar a dimensão assumida pela gestão da “coisa pública” estadual em termos de edificações escolares em Ponta Grossa.

Nestes termos, os poderes públicos, estadual e municipal, no período de 1937 a 1945, estiveram articulados ao da União Federal refletindo para Ponta Grossa a identidade política de Albany Guimarães.

Desta forma, buscar a raiz histórica das seis primeiras escolas públicas de educação primária em Ponta Grossa enquadrou-se no modelo da gestão da “coisa pública” buscando estudar as relações sócio-políticas no Paraná, particularmente, ao que se refere às práticas de governamentalidade do Estado e do Município de Ponta Grossa. Neste sentido, a análise ficou centrada às Mensagens da Gestão Interventorial de Manoel Ribas, correspondente ao período de 1932 a 1945, nas quais se detectou um conjunto de práticas que visavam à consolidação das instituições públicas, com base nos múltiplos dispositivos do Executivo Federal

Brasileiro.

O entendimento das práticas de “construção do estado” por Getúlio Vargas implicou retomar as idéias de Michel Foucault sobre as relações poder/saber, pois se evidenciou em Ponta Grossa o caráter próprio das práticas da gestão municipal do político Albany Guimarães.

No advento do Estado Novo este gestor público se inseriu na política paranaense – no caso, a política local ponta-grossense, – de modo a compor a estrutura política da gestão do Interventor Federal Manoel Ribas, formando um corpo orgânico, sistemático e dinâmico das relações de poder entre a governamentalidade municipal de Ponta Grossa e a interventorial do Estado do Paraná.

Esse quadro político pode ser entendido como poder, governo e população, porque a gestão da “coisa pública” passou a tomar como modelo de gerenciamento a população, haja vista esta ser observada como sujeito de necessidades e aspirações significativas.

Assim, as práticas da gestão da “coisa pública” de Albany Guimarães em seus diversos setores, tabela 1, estiveram articuladas ao conhecimento que este político havia adquirido a respeito de uma Ponta Grossa, a qual se pretendia melhorar, ampliar e “construir”, assumindo em sua gestão o objetivo de dar atendimento a diferentes segmentos da sociedade ponta-grossense.

**Tabela 1** - Edificações, por setores, realizadas na gestão de Albany Guimarães, 1932-1945.

SETOR	EDIFICAÇÕES
Saúde	Instituto Pasteur, Necrotério Público, Hospital Infantil Getúlio Vargas.
Obras Públicas	Matadouro Municipal, Prefeitura Municipal, Corpo de Bombeiros, Aeroporto Sant'Ana
Lazer	Parque Infantil (Praça Barão do Rio Branco), remodelação da Praça Mal. Floriano Peixoto, construção da Praça Duque de Caxias, Largo Professor Collares e Praça Bernardo Garcez, reconstrução da Praça Munhoz da Rocha.
Serviços Municipais	Ampliação da iluminação pública, pavimentação de avenidas e ruas, alargamento de vias públicas, retificação de ruas, abertura de novas vias de comunicação.
Serviços Federais	Doação de terrenos para "Correios e Telégrafos" e "Caixa Econômica Federal", construção de pavilhões no 13º BIB e no prédio do 5º BIB.

Fonte: Boletim 10 anos de Governo de Albany Guimarães.

As práticas de governo não eram simplesmente de caráter técnico mas, sobretudo, estavam permeadas por diferentes interesses da sociedade em questão, daí as construções que a população tinha necessidade, entre outros: o Matadouro Municipal, o Instituto Pasteur, o Necrotério Público, a iluminação pública, a pavimentação de vias públicas, o Hospital Infantil Getúlio Vargas e outros. Neste entender, a população ponta-grossense foi alvo das práticas de poder da gestão da "coisa pública", sendo que a economia foi o instrumento colocado como principal forma de saber/poder.

Assim, população e economia foram as peças básicas na política da gestão da "coisa pública" em Ponta Grossa, que se caracterizou enquanto estado de governo, pois o gerenciamento público ponta-grossense encontrou em Manoel Ribas, Interventor Federal no Estado do Paraná, a estrutura financeira para a realização de construções públicas, de grande e médio porte econômico, com responsabilidades sociais.

Logo, pensar a questão da educação primária, em Ponta Grossa, significou articulá-la à análise das práticas de governo de Albany Guimarães tomadas a partir de um tripé de gerenciamento político: a população, o espaço urbano e a economia.

Na década de 30, Ponta Grossa, contava com uma população elitista representada pelos empresários Henrique Thielen<sup>1</sup>, José Pedro e Silva Carvalho, Joaquim Procópio de Souza Castro, Eugênio Bocchi<sup>2</sup>,

Miguel Clock, João Hoffmann<sup>3</sup>, Francisco Martins de Araújo, Theodoro Klüppel<sup>4</sup>, Martinho Frederico Balhs, Jesuíno Antonio Pereira, Iríia Balbina, Antônio Dias Batista, José Bernardo, Valentim Lemos da Siqueira, Manoel Antonio Ratier, Salvador Antonio da Silva, José Maria Padilha, João Mendes, Domingos Pitella, Ewaldo Kossatz e outros (Gonçalves e Pinto, 1983), os quais controlavam o poder político e a economia regional. Estes empresários tinham as residências e os prédios comerciais fixados no núcleo/central da cidade.

Por outro lado, na periferia de Ponta Grossa residia uma população de menor poder aquisitivo e os imigrantes pobres. Estes últimos, em 1877, estabeleceram a Colônia Otávio, subdividida em 17 (dezessete) núcleos coloniais: sendo no local instalados 2.381 colonos russos-alemães. Dessa subdivisão surgiram os núcleos de Uvaranas, Botuquara, Rio Verde, Floresta, Guaraúna, Taquari, Moema, Dona Adelaide. Esses imigrantes foram introduzidos em terras de má qualidade para a lavoura, por isso, tornaram-se somente promissoras as colônias de Taquari e Moema (Gonçalves e Pinto, 1983).

A expansão de Ponta Grossa, todavia, só ocorreu com a construção da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, a partir da década de 1920. Esta nova forma de transporte, o ferroviário, propiciou a chegada de uma população migratória, imigratória e reimi-

<sup>1</sup> Henrique Thielen, natural da Alemanha, após ter morado em Curitiba radicou-se em Ponta Grossa como empresário sócio e, posteriormente, tornou-se proprietário da Fábrica Adriática de Cervejas.

<sup>2</sup> Eugênio Bocchi italiano, inicialmente foi viajante e, depois, passou a gerente da filial da fábrica de sabão, sabonetes e velas da firma de José Grailiz, em Ponta Grossa, cuja matriz era em Curitiba onde trabalhou como aprendiz.

<sup>3</sup> João Hoffmann era proprietário da firma João Hoffmann & Cia, que se dedicava ao comércio atacadista da erva-mate e de secos e molhados.

<sup>4</sup> Theodoro Klüppel era empresário de madeira e dono da Serraria Olinda, fundada em 1906 e localizada à Rua Ermelino de Leão, no bairro de Olarias.

gratória procedentes de São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e do Paraná (Curitiba, Morretes, Antonina), Alemanha e Itália. Estes elementos populacionais determinaram o crescimento demográfico e, em consequência, a cidade saiu da estagnação acelerando o desenvolvimento econômico da região dos Campos Gerais do Paraná.

Desta forma, a configuração urbanística de Ponta Grossa ampliou-se devido a:

- estrada de ferro oferecer a vantagem de colocar em comunicação a cidade de Ponta Grossa com o Porto de Paranaguá por meio do transporte, mais rápido, da economia da erva-mate e da madeira;

- instalação de novos elementos imigrantes em Ponta Grossa, em virtude da abertura da estrada de ferro, cuja população passou a trabalhar como operários da ferrovia surgindo, então, o bairro de Oficinas.

Ao longo desse processo populacional (migratório/imigratório) e econômico (ervateira/madeireira) se verificou que, ao final da década de 30, Ponta Grossa contava com 862 casas comerciais e 263 indústrias, bem como, ocorreu o investimento da gestão da “coisa pública” de Albary Guimarães em torno de 1.000:000\$000 (um milhão de contos de réis) em arborização, retificação, nivelamento, abertura e conservação de ruas, estradas e indenização a proprietários de terrenos urbanos para a realização de construções públicas (Chaves, 1998).

Nessa conjuntura, o espaço urbano continha 7 (sete) eixos viários, os quais ligavam o núcleo/central da cidade com os bairros de Ponta Grossa e, para dar atendimento às necessidades da população pontagrossense, a gestão da “coisa pública” de Albary Guimarães concentrou esforços para a construção de estabelecimentos de ensino primário em Ponta Grossa.

A governamentalidade de Albary Guimarães promoveu incentivos à educação primária, a partir da estrutura tentacular da cidade, a qual portadora de novos loteamentos destinados às funções residenciais requeria a construção de prédios adequados, da intensificação de matrículas, do aumento do quadro de professores com nível de cultura mais elevado, da ampliação do número de escolas.

Essa dinâmica propiciou o melhoramento do ensino público em Ponta Grossa, porquanto a característica marcante, até então, na história da educação paranaense eram as escolas isoladas, localizadas na periferia do espaço urbano e nos espaços rurais, tabela 02, pois, segundo relatório do Interventor Federal Manoel Ribas ao Presidente Getúlio Vargas a situação escolar no Estado do Paraná não era das mais significativas, pois “desde logo foram assinaladas as lacunas existentes em nosso sistema educacional se adotando as medidas que se impunham para colocá-lo sincronizado, tanto quanto possível, com os justos anseios da coletividade paranaense” (PARANÁ, 1932).

**Tabela 2** - Número de escolas no Estado do Paraná, por categoria escolar, 1932 a 1945.

ANOS	ESCOLAS ISOLADAS		ESCOLAS PRÉ-PRIMARIAS		GRUPOS ESCOLARES	
	Abs.	Rel.	Abs.	Rel.	Abs.	Rel.
1932	985	100	12	100	50	100
1933	875	85	12	100	50	100
1934	1023	103	13	108	50	100
1935	944	95	15	125	52	104
1936	1046	106	19	158	54	108
1937	1146	116	21	175	60	120
1938	1208	122	24	200	67	134
1939	1234	125	28	233	70	140
1940	1298	131	35	275	80	160
1941	1427	144	39	325	85	170
1942	1437	145	38	316	89	178
1943	1460	148	40	333	100	200
1944	1364	138	38	316	105	210

Fonte: Relatório do Interventor Federal Manoel Ribas. 1932 – 1945.

Com base nessa estatística se constatou que a educação popular sempre foi prioridade do Interventor Federal no Paraná, Manoel Ribas, porque do total de escolas existentes ocorreu um aumento gradativo de edificações durante o período de 1932 a 1944, pois cresceu em 38% o número de escolas isoladas, em 216% de escolas pré-primárias e em 110% de grupos escolares.

O sentido, portanto, da gestão da “coisa pública” municipal foi dar continuidade as realizações educacionais com responsabilidades sociais, porque – no “ano de 1932, o ensino primário a cargo dos Municípios podia ser considerado praticamente nulo. Pouco a pouco foram sendo criadas algumas escolas, até que por Decreto nº 7.779, de 02 de dezembro de 1938, os municípios ficaram com o encargo de promover, obrigatoriamente, os meios para o funcionamento de mais 10 escolas primárias, ocorrendo as despesas pelas verbas para esse fim consignadas nas leis orçamentárias” (PARANÁ, 1932) – Albary Guimarães, portador de visão político-social determinou a edificação de escolas no núcleo/central e em cada bairro da cidade de Ponta Grossa.

Paulatinamente, este gestor, colocou em execução o programa delineado para a gestão da “coisa pública” municipal em Ponta Grossa, o qual procurava gestacionar em consonância com as ordens emanadas da esfera estadual e federal, tendo em vista uma educação pública de alta qualidade.

Assim, no espaço do núcleo/central, à Rua Balduino Taques, uma das principais vias da cidade e à es-

quina da Rua Barão do Cerro Azul, foi criado o Grupo Escolar Professor Júlio Teodorico<sup>5</sup>, figura 1, através do Decreto nº. 1.148, de 15 de julho de 1934, sendo inaugurado em 31 de julho de 1935, e, tendo como primeira diretora da Escola a Professora Emília Dantas.



Fonte: Relatório do Interventor Federal Manoel Ribas.1932-1939.

**Figura 1** - Vista frontal da edificação do Grupo Escolar Professor Júlio Teodorico – Década de 30.

Da memória da população ponta-grossense entre professores, alunos e diretores marcou a trajetória educacional no campo do ensino primário o diretor e, ao mesmo tempo, docente da Escola Normal Secundária Professor César Prieto Martinez o Professor Aristeu Costa Pinto, tabela 3, que dirigiu o Grupo Escolar Professor Júlio Teodorico durante 22 (vinte e dois) anos.

**Tabela 3** - Número de diretores do Grupo Escolar Professor Júlio Teodorico, 1932-1970.

PERÍODO	PROFESSOR	TEMPO DE DIREÇÃO
1935 – 1937	Emília Dantas	2 anos
1938 – 1940	Waldomiro Carneiro dos Santos	2 anos
1940 – 1941	Otoniel Pimentel dos Santos	1 ano
1941 – 1945	Aristeu Costa Pinto	4 anos
1945 – 1948	Plácido Cardon	3 anos
1948 – 1951	Eleonora Amaral de Angelis	3 anos
1951 – 1969	Aristeu Costa Pinto	18 anos

Fonte: Secretaria do Colégio Professor Júlio Teodorico. 2002.

<sup>5</sup> O Grupo Escolar Professor Júlio Teodorico, atualmente, Colégio Estadual Professor Júlio Teodorico – Ensino Fundamental e Médio, foi construído em terreno doado pela Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, no decorrer de 1934 e nos primeiros meses de 1935.

Figura ímpar na história da educação de Ponta Grossa, o docente Aristeu Costa Pinto apresentou-se como gestor da “educação pública” com qualidades de chefia, por ninguém ainda superada, em vista da sua visão pedagógica/educacional, de fiscalização enérgica e de mantenedor da moral e do civismo discente nesta instituição pública de ensino primário. Por meio de depoimentos orais se configurou que esta Escola Primária e o Professor Aristeu foram lembrados como o “Velho Júlio Teodorico” e o “Velho Professor” respectivamente, cujo ensino nas décadas de 30 a 50 sempre esteve baseado na pedagogia da Escola Tradicional, tendo por parâmetro aplicativo de castigo a “palmatória”<sup>6</sup>.

O espaço central de Ponta Grossa, assim, foi contemplado com a edificação de um prédio escolar para dar atendimento a clientela infantil, no sentido de complementar a educação primária de crianças, que por razões diversas não conseguiam matrículas para freqüentar regularmente as aulas nas escolas particulares e na única instituição pública, até o momento, o Grupo Escolar Senador Correia<sup>7</sup>.

Assim, o novo Grupo Escolar Professor Júlio Teodorico passou a atender a população infantil, que morava às proximidades da escola e junto das vias: Vicente Machado, Bonifácio Vilela, Fernandes Pinheiro, Balduino Taques, Júlio de Castilho, Cel. Bitencourt, Benjamin Constante, Tiradentes, Theodoro Rosas, Penteado de Almeida, Cel. Dulcídio e outras.

As vias Avenida Vicente Machado e Rua Bal-

duino Taques polarizavam as casas comerciais e industriais; a Avenida Bonifácio Vilela era uma alameda ordenada pelas residências das autoridades políticas e pelas dos empresários do comércio e da indústria; e, a Rua Fernandes Pinheiro, que ficava próxima à Estação Ferroviária era um espaço destinado, em sua maior parte, aos hotéis da cidade.

Evidentemente que, pelas características urbana e comercial do núcleo/central a educação pública dessa Escola, de 1930 a 1945, foi direcionada à uma população infantil pertencente à classe elitística e à classe média de Ponta Grossa.

Outra instituição visualizada, figura 2, ao contrário da anterior, ganhou contornos de uma escola destinada às crianças, oriundas de uma população da classe média e popular. Trata-se do Grupo Escolar General Osório construído no ano de 1938, cuja passagem do prédio à gestão da “coisa pública” estadual ocorreu, a 28 de julho de 1942, em pagamento de uma dívida do Município de Ponta Grossa ao Erário Estadual<sup>8</sup>.

Na Interventoria de Manoel Ribas<sup>9</sup>, o Grupo Escolar General Osório já havia funcionado sob a tutela da gestão pública do Estado, a partir de 1939. A escola começou com 120 (cento e vinte) alunos matriculados, distribuídos nas 4 (quatro) séries do curso primário e contando com 7 (sete) professores, sob a direção do Professor Valdevino Lopes, tabela 4. Oficialmente esta Escola foi criada pelo Decreto Nº 7.457, de 29 de março de 1962 (PARANÁ, 1962).

<sup>6</sup> A professora do 3º ano primário Sophia Damóvski era tão enérgica quanto o diretor Professor Aristeu Costa Pinto, utilizava a palmatória, tantas vezes quanto necessária: por exemplo, dez reguadas na mão direita quando o aluno não sabia as lições decoradas das disciplinas de História e Geografia (GOMES, 2002)

<sup>7</sup> O Grupo Escolar Senador Correia estava situado à Praça Roosevelt, s/nº, e atendia parte das crianças do núcleo central, pois ficava distante das vias principais da cidade: à Avenida Dr. Vicente Machado e à Rua Balduino Taques.

<sup>8</sup> O Grupo Escolar General Osório constitui-se, na atualidade, o Colégio Estadual General Osório – Ensino Fundamental e Médio. O atual diretor é o Professor João Antônio das Chagas.

<sup>9</sup> O Interventor Manoel Ribas era natural de Ponta Grossa e exerceu a gestão pública como Chefe Federal no Paraná de 1930 a 1945.

**Tabela 4** - Número de diretores do Grupo Escolar General Osório, 1932-1970.

PERÍODO	PROFESSOR	TEMPO DE DIREÇÃO
1938 – 1939	Valdevino Lopes	1 ano
1940 – 1945	Plácido Cardon	4 anos
1945 – 1946	Ari Martins	1 ano
1946 – 1961	Elzira Correia de Sá	15 anos
1961 – 1962	Lídia Iansen Sanches	1 ano
1962 – 1964	Elzira Correia de Sá	2 anos
1964 – 1966	Emée Santos	2 anos
1966 – 1979	Lafís Borck Ditzel	13 anos

Fonte: Galeria de Diretores do Colégio Estadual General Osório. 2002.

Entre os diretores desta instituição figurou como marca expressiva da educação e como forma simbólica do ensino/aprendizagem Elzira Corrêa de Sá. Esta Professora, por sua luta em favor do saber “saber fazer” ensino e por saber “saber fazer” poder permaneceu na direção da Escola durante 15 (quinze) anos, a partir de 1946 a 1961.

Esta escola, na visão de Albary Guimarães, vinha ao encontro das necessidades da população, pois viria dar atendimento a uma clientela infantil, que pertencia às famílias do bairro de Uvaranas. O Grupo Escolar General Osório edificado em local privilegiado, situava-se na via principal do bairro, que partindo do núcleo/central de Ponta Grossa – Avenida Fernandes Pinheiro e Rua do Rosário – a Avenida Dr. Carlos Cavalcanti dava acesso à parte Norte/Nordeste da cidade.

Na década de 40, esta Avenida concorria com as demais vias do núcleo central tendo um trânsito intenso de pessoas que se dirigiam ao bairro de Uvaranas, pois o local se caracterizava pela formação de uma população *sui generis*, em virtude das:

- colônias italianas e polonesas e de parte, de uma população ferroviária;
- famílias de militares mais, precisamente, soldados, sargentos e tenentes sediados no quartel do 13º Regimento de Infantaria.

Em ambos os casos a população do bairro possuía uma prole numerosa.

Partindo destas duas características, uma escola de educação primária inserida no Bairro de Uvaranas viria a preencher uma lacuna no sistema educacional

ponta-grossense, porque o ensino veiculado por professores passou a valorizar o saber “saber fazer” escolar de crianças de menor poder aquisitivo econômico. O Grupo Escolar General Osório, ao longo do processo histórico-educacional, atendeu crianças pertencentes à classe popular (imigrantes) e média (militar) de Ponta Grossa.

Por outro lado, no que se refere à Escola de Trabalhadores Rurais Augusto Ribas<sup>10</sup>, figura 2, construída numa área coberta de 426,07 metros quadrados, cuja despesa atingiu o valor de 260:000\$000 (duzentos e sessenta mil contos de réis) era, na conjuntura de 1930, supervisionada pela gestão da “coisa pública” estadual do Paraná.



Fonte: Relatório do Interventor Federal Manoel Ribas. 1932-1939.

**Figura 2** - Vista frontal da edificação da Escola de Trabalhadores Rurais Augusto Ribas. Década de 30.

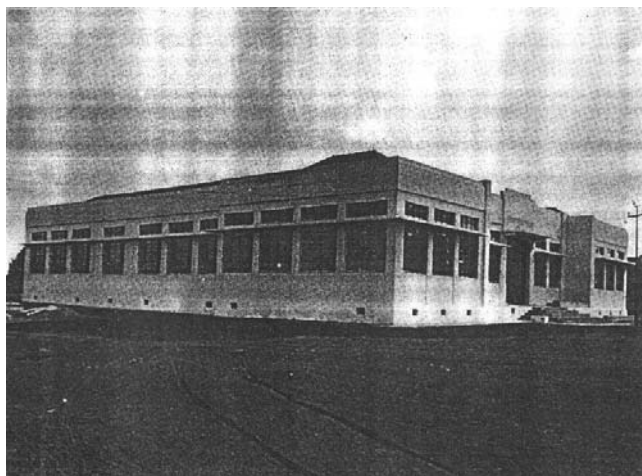
<sup>10</sup>A Escola de Trabalhadores Rurais Augusto Ribas criada pelo Interventor Manoel Ribas, atualmente Colégio Agrícola Augusto Ribas – Ensino Fundamental e Médio, faz parte do Complexo Universitário do Campus de Uvaranas, da Universidade Estadual de Ponta Grossa, Pr.

A escola, situada no final do prolongamento da Avenida Dr. Carlos Cavalcanti, tinha por objetivo dar atendimento aos alunos, que moravam nos espaços rural de Ponta Grossa e das cidades vizinhas da Região dos Campos Gerais do Paraná. O ensino/aprendizagem da escola, que funcionava em regime de internato, era o de nível primário com conteúdos de formação técnica agrícola no sentido do preparo da criança às atividades do meio rural.

O bairro de Uvaranas considerado na década de 30 e, ao longo das décadas posteriores até 70, ponto de convergência da sociedade local devido às atividades de lazer proporcionadas pelas corridas de cavalo, realizadas no Hipódromo Jockey Club de Ponta Grossa, consolidava-se no período da gestão de Vargas como um “local” de valor “social” não só devido à expressividade dos prédios escolares, da capacidade intelectual dos professores e diretores do Grupo Escolar General Osório e da Escola de Trabalhadores Rurais Augusto Ribas mas, muito mais, por legitimar a frequência à escola primária de crianças da classe urbana e rural ponta-grossense.

Nesta visão de “construção de escolas” com base numa educação primária, Albary Guimarães, prefigurou também a importância do bairro de Oficinas, que localizado na parte Sul de Ponta Grossa vinha se desenvolvendo urbanisticamente em função do surgimento de casas para moradias dos ferroviários. Além dessas residências foram sendo edificadas, pela Rede Ferroviária São Paulo-Rio Grande, as casas de “oficinas” no sentido de promover a manutenção dos vagões e locomotivas dessa empresa.

No bairro de Oficinas, como o próprio nome indicava, o marco de referência era a vila dos operários da ferrovia e, na qual, se encontravam instaladas as casas de “oficinas”. Assim, para atender as crianças dessas famílias, em idade escolar, iniciou-se em 1936 a construção da “Escola de Vila Oficinas”, inaugurada pelo Interventor Federal Manoel Ribas, sob a denominação de Grupo Escolar Professor Collares<sup>11</sup>, figura 3.



Fonte: Relatório do Interventor Federal Manoel Ribas. 1932-1939.

**Figura 3** - Vista diagonal da edificação do Grupo Escolar Professor Collares. Década de 30.

A oficialização desta casa escolar ocorreu por meio do Decreto Nº. 5.298/37, contando, nessa oportunidade, com 4 (quatro) salas de aulas, 160 (cento e sessenta) alunos, 12 (doze) professores, cuja direção esteve a cargo do Professor Valdevino Lopes.

O Grupo Escolar Professor Collares encontra-se projetado à Avenida Visconde de Mauá, cuja via vem possibilitando o acesso do núcleo/central de Ponta Grossa ao bairro de Oficinas e, ainda, esta avenida permite a saída da cidade para a Rodovia BR-376, a qual vem se constituindo em uma estrada estratégica, porque permite a ligação de Ponta Grossa a Curitiba, capital do Estado.

Potencializar o bairro de Oficinas com uma iniciativa desta natureza, ou melhor, construir um prédio escolar no processo urbanístico e social ponta-grossense definiu a legitimação do saber “saber estudar” e do saber “saber fazer” escola primária às crianças, cujos pais eram operários da ferrovia e pertencentes à classe popular.

O valor social atribuído à edificação escolar, por sua forma arquitetônica esteve associado a uma construção de alvenaria com área coberta de 592,20 metros quadrados com um custo na construção de 176:630\$700

<sup>11</sup> O patrono José Antônio Martins Collares era filho do Professor e advogado Dr. Agostinho Martins Collares, sendo chamado pela população ponta-grossense de “Nhonhô Collares”. Este foi um homem incansável quanto à aplicação de métodos rígidos para educar crianças e jovens. O filho José Antônio tendo nascido no Rio de Janeiro veio morar em Ponta Grossa e seguiu o mesmo sistema de ensino do pai exercendo o magistério por 46 (quarenta e seis) anos e formando várias gerações e filhos ilustres em Ponta Grossa. Faleceu, em 28 de maio de 1927, em Ponta Grossa (Oliveira, 2002).



(cento e setenta e seis mil e seiscentos e trinta contos e setecentos réis). O objetivo proposto por Albary Guimarães era atender as representações sociais de menor poder aquisitivo econômico, cuja população compartilhava o processo escolar infantil no nível de suas condições financeiras. As crianças sendo de famílias ferroviárias: o saber “saber fazer” escola pela gestão da “coisa pública” era de uma educação pública voltada à classe popular. Nesse processo o bairro de Oficinas, a partir de então ficou articulado ao saber “saber fazer” poder em função de uma gestão voltada à “educação pública” em Ponta Grossa.

Albary Guimarães político capaz de apreender e perceber os costumes e a mentalidade da população e, ainda, captar as idéias político-sociais da era de Vargas empreendeu a construção de mais um prédio escolar. Desta feita, a perspectiva política/educacional centrou-se no bairro de Nova Rússia.

Este bairro, inicialmente, fez-se ocupar por imigrantes russo-alemães, ucranianos e poloneses e, ao longo do processo histórico, caracterizou-se pelo crescimento urbano e industrial. Diante da vertente demográfica/econômica o gestor da “educação pública” ponta-grossense viabilizou o surgimento do Grupo Escolar “Professor Amálio Pinheiro”<sup>12</sup>.

Dentro do mesmo parâmetro de edificações o novo prédio continha apenas 06 (seis) salas de aulas, 6 (seis) professores e 180 (cento e oitenta alunos), sob a direção do Professor Raul Machado. No entanto, levado por circunstâncias políticas da era Vargas ficou determinado, que

pelo Decreto Lei Nº. 3, de 2 de Fevereiro de 1942, o Prefeito Municipal de Ponta Grossa, Estado do Paraná, na conformidade do Nº 01, do Art. 12 do Decreto-Lei Federal Nº.1.202, de 08/04/1939 e de acordo com o Parecer Nº.1.719 aprovado pelo Departamento Administrativo do Estado do Paraná, decreta: Art. 1º Fica cedido ao Governo do Estado o prédio construído às expensas desta Prefeitura, onde está instalado o Grupo Escolar Professor Amálio Pinheiro, o respectivo terreno com 2.160 m<sup>2</sup> situados na Praça Bernardo Garcez

(Ponta Grossa, 1942).

O gestor da “coisa pública” Albary Guimarães ao legitimar a educação primária desta Escola para a governamentalidade do Interventor Federal no Paraná, Manoel Ribas, baseou-se no potencial econômico do bairro de Nova Rússia, pois este se encontra localizado na parte Nordeste de Ponta Grossa, sendo local de saída em direção:

- ao Norte do Paraná, BR- 376 (Apucarana, Londrina e Maringá), e ao Sul, BR, 376 (Curitiba e Litoral);

- ao Sudoeste do Paraná, Br-277 (Guarapuava, Cascavel e Foz de Iguaçu);

- a Nordeste do Paraná em direção ao Estado de São Paulo, PR-11 passando por Castro, Piraí do Sul e Jaguariaíva (Paraná); e, Itararé, Tatuí, Sorocaba e São Paulo (São Paulo).

O bairro de Nova Rússia, portanto, era entre todos o de maior significado econômico por estar enquadrado na rede viária de Ponta Grossa considerada uma cidade de entroncamento rodo-ferroviário dos Campos Gerais do Paraná, que a permite entrar em contato com outros Estados do Brasil e com o Exterior. Assim, partindo da direção Nordeste, Ponta Grossa tem saída rodoviária para São Paulo; ao Norte, para Mato Grosso; a Sudoeste, às 3 (três) fronteiras: Argentina, Paraguai e Uruguai. Neste contexto, a população encontrava nessas rotas de comunicação a exportação de seus produtos e através do comércio atacadista, o bairro, alcançou expressivo desenvolvimento econômico.

A população ponta-grossense acessava ao bairro de Nova Rússia, na década de 30, a partir da Avenida Ernesto Vilela, a qual era a principal via do bairro passando em frente da Praça Bernardo Garcez (atual Praça Getúlio Vargas). Desta forma, dada a importância do bairro uma edificação como o Grupo Escolar Professor Amálio Pinheiro permitiu dar atendimento escolar às crianças de famílias imigrantes e/ou descendentes de russo-alemães, ucranianos e poloneses. A educação pública, então, chegou aos filhos dessas famílias, haja vista o saber “saber fazer” da classe média

<sup>12</sup> O Grupo Escolar Professor Amálio Pinheiro, quando transferido à governamentalidade do Estado do Paraná teve a indicação deste nome para patrono em homenagem ao educador ponta-grossense, que durante o magistério primário paranaense dedicou-se à educação de crianças indígenas na região de Guarapuava (Oliveira, 2002). Atualmente chama-se Escola Estadual Professor Amálio Pinheiro – Ensino Fundamental. Com as séries de 1ª a 8ª séries e encontra-se localizado no mesmo local, ou seja, na atual Praça Getúlio Vargas.

empresarial do bairro de Nova Rússia.

Outra via pública de igual significado no contexto econômico de Ponta Grossa, era a Rua Ermelino de Leão, que dava acesso ao bairro de Olarias. Nesta via encontrava-se instalada a Serraria Olinda e, à margem da mesma, foram construídos os trilhos da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande. A Rua Ermelino de Leão propiciava, na parte Oeste, a divisa do núcleo/central da cidade com o bairro de Olarias; no prolongamento a via, no sentido Sul, dava acesso pela rua transversal denominada Amazonas<sup>13</sup> ao bairro de Olarias, em direção Norte, o acesso era à Rua Conselheiro Barradas, que levava ao bairro de Uvaranas.

Considerando, desta forma, uma vez dentro do bairro de Olarias (núcleo central/suburbano) a Rua Amazonas torna-se a principal via do bairro e, em cujo local, foi determinada a construção de um prédio escolar, pois:

a 1º de março de 1944, na gestão do Prefeito Albary Guimarães foi fundado o Grupo Escolar de Olarias, por estar situado no bairro do mesmo nome. A 8 de agosto de 1944, pelo Decreto Nº. 06, passou para a rede estadual de ensino. O estabelecimento nasceu pequeno com apenas 4 (quatro) salas de aula, mas, que preencheu as necessidades da época. Poucos anos depois, devido ao crescente aumento na demanda de alunos foram construídas mais 2 (duas) salas de aulas e uma casa de moradia, em fins de 1952 e inícios de 1953<sup>14</sup>, sendo o primeiro diretor o Professor Ari Martins (Oliveira, 2002).

Diante disso, Albary Guimarães privilegiou o bairro de Olarias com o Grupo Escolar de Olarias permitindo o atendimento da demanda escolar de crianças das famílias do bairro, pois, da memória do indivíduo se constatou que “na década de 30 já havia as famílias Cabrini, Ernesto Migliorini, João Carneiro, Valentim, Adão Fornazari, Ernesto Brenner, Germano Brenner (sapateiro), José Gomes, Osório Santos (pu-

xador de tijolos), Theodoro Raicoski, Renato Capri, Nelson Capri (dentista), Pe Theófilo, José Pilitri (ferroviário), Luiz Montes, Fritz Sanwais, João Piercoski e outros” (Kwiatkowski, 2002).

Estas famílias e os descendentes foram portadores de um saber “saber fazer” as artes da cerâmica, da marcenaria, da curtição do couro para fabricação de sapatos e outros, porém, definindo para o bairro uma cultura oleira, cuja identidade social era o homem da olaria pertencente à classe média (o empresário) e a popular (o operário) evidenciando, assim, a perspicácia do saber “saber fazer” poder político de Albary Guimarães (Carneiro e Bley, 2003).

O Grupo Escolar Elias da Rocha<sup>15</sup>, figura 4, surgiu na década de 30. Da relação de diretores e da memória das famílias, foram mais lembradas as professoras Ruth Ribas Holzmann e Clarinda Barbosa (Carneiro e Bley, 2003).



Fonte: Projeto Memória Visual, DEHIS/UEPG, 2003.

**Figura 4** - Vista frontal da edificação do Grupo Escolar “Professor José Elias da Rocha”. Década de 40.

Nesta perspectiva histórica/política/educacional se constatou que o gestor da “coisa pública” de Ponta Grossa cumpriu as determinações impostas pelo Estado Novo de Getúlio Vargas, porque segundo o Relatório sobre as Prefeituras Municipais no Paraná consta que a Prefeitura de Curitiba desde 1932 vinha operan-

<sup>13</sup> O primeiro nome dessa rua na década de 30 era Amazonas, porém, com o desenvolvimento do bairro tendo por base a economia cerâmica (fabricação de telhas, tijolos e tijoletes) e a Indústria Wagner S/A (madeiras, compensados e laminados) esta via pública passou a chamar-se Rua Ricardo Wagner, em homenagem ao empresário proprietário da indústria de madeira (Carneiro e Bley, 2003).

<sup>14</sup> Em meados de 1956, o Grupo Escolar de Olarias tomou como patrono o nome do Professor José Elias da Rocha passando a chamar-se Grupo Escolar Professor José Elias da Rocha, atualmente, recebe o nome de Colégio Estadual Professor José Elias da Rocha – Ensino Fundamental e Médio.

<sup>15</sup> A Escola Estadual Professor José Elias da Rocha foi construída no local onde era a chácara de Joaquim Rosa, atualmente Ensino de 1ª a 8ª séries.

do em inúmeros serviços sem descurar-se da parte financeira do Município, pois

O imposto predial, que vinha sendo cobrado pelo Estado, passou novamente a pertencer à Prefeitura. (...) As Prefeituras do Interior do Estado, desde o ano de 1930, têm todos os seus actos controlados pelo Departamento do Interior, da Secretaria de Estado do Interior, Justiça e Instrução Pública, sendo de salientar que esse controle exercido também sobre as suas finanças, tem dado os melhores resultados. Foi essa uma grande conquista da revolução e que benéficos proveitos trouxe aos Municípios, cuja autonomia não pode ser absoluta e nem o será, em face dos princípios constitucionais em vigor (Mäder, 1934).

Neste entender, a gestão de Albary Guimarães encontrou-se articulada às preocupações do Interventor Federal no Paraná Manoel Ribas, a qual foi a de difundir o ensino de acordo com as possibilidades orçamentárias, criando escolas em todos os locais em que ocorria o aumento da população infantil e o reclamo das necessidades educacionais formuladas pelo conjunto da população ponta-grossense.

Outra constante, que preocupava a gestão da “educação pública” municipal era de que as escolas primárias fossem providas do material escolar preciso, sendo até mesmo enviado pela gestão da “coisa pública” do Estado material gratuito aos escolares, que não possuíam recurso financeiro.

Uma outra particularidade da gestão de Albary Guimarães, em Ponta Grossa, refere-se ao pedido formulado de criação de um grupo escolar no bairro da Ronda e que deveria se localizar à Avenida Visconde Taunay – principal via de acesso ao bairro –, cuja idéia nasceu, em 1944, em função de um diálogo entre o Inspetor de Ensino Valdevino Lopes e o Professor Frederico Schenkenberg. Para alcançar o objetivo proposto o Professor, Valdevino Lopes, articulou junto ao gestor público municipal a desapropriação do terreno onde seria construído o novo estabelecimento de ensino.

Em agosto de 1945, chegava ao término a dita-

dura de Getúlio Vargas e mudanças políticas profundas dificultaram o andamento do processo de construção da escola, que viria atender às necessidades educacionais das crianças do bairro da Ronda. Resolvidos os problemas de ordem legal (tramitação de documentos, assinaturas, verbas, e outros) iniciou-se a construção da escola, sob a responsabilidade de Antônio Zan empreiteiro de obras do Estado. Quase 2 (dois) anos depois de concluída a construção, do prédio escolar, pela Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, a nova escola foi “entregue ao Estado em acerto de contas, para que este assumisse a sua administração” (Oliveira, 2000).

Pelo Decreto Nº. 2.404, de 01 de janeiro de 1947, o Diretor Geral da Educação do Paraná, Osvaldo Pilloto<sup>16</sup>, indicou o nome do Professor Juan Rodrigues Becker y Silva para Patrono do novo Grupo Escolar. Para a escola funcionar a Professora Alcina Agner Berger recebeu transferência da Escola Isolada de Uvaranas para o Grupo Escolar Professor Becker e Silva. Nesta oportunidade, a Professora recebeu de Egdar Zanoni, Inspetor Escolar em Ponta Grossa, as chaves deste estabelecimento de ensino. A professora assumiu, então, a direção da escola com mais 3 (três) professoras: Isaura Pereira, Eni Hartmann e Neusa de Castro Guimarães.

Instaladas as atividades e as práticas educativas na Escola Professor Becker e Silva, por ato oficial de criação, Decreto Nº. 7.457, de 29 de março de 1952 ocorreu a institucionalização do ensino primário em mais uma escola ponta-grossense. O objetivo era dar continuidade ao atendimento de crianças localizadas na periferia de Ponta Grossa, cuja representação social do bairro da Ronda constituía-se de famílias das classes média e popular.

Para a construção desta última escola, Albary Guimarães não teve participação proeminente, no entanto, foi ao lado do Professor Valdevino Lopes o articulador junto às autoridades competentes do Estado do Paraná para colocar em prática a idéia da construção de mais uma edificação escolar para a população ponta-grossense.

<sup>16</sup> Um detalhe interessante foi rememorado: o Dr. Osvaldo Pilloto responsável pela escolha do nome do patrono era grande admirador e ex-aluno do Professor Becker: havia estudado no Instituto Becker, em Ponta Grossa na década de 10. Atualmente chama-se Colégio Estadual Professor Becker e Silva – Ensino Fundamental e Médio.

Com esta atitude este gestor da educação pública além de modernizar a cidade com edificações de valor arquitetônico/social, também, completava o circuito urbano, pois, em cada eixo viário da estrutura tentacular de Ponta Grossa havia uma escola: era uma resposta da gestão da “coisa pública” municipal às necessidades da população.

Neste sentido, a análise abrangeu a questão sobre o resgate (Mauad, 2001) e a preservação das edificações (Kossoy, 1985) do passado escolar, pois, concomitantemente a este processo ocorreu a proteção das provas objetivas da individualidade transformando-se, Albary Guimarães, em referencial de conhecimento do que este político em seu “processo social produziu em qualquer momento do passado” (Custódio, 2000).

A identificação deste político para a sociedade ponta-grossense encontrou-se articulada – passado, presente e futuro – de um lado, à manutenção do patrimônio edificado e à forma arquitetônica que resultou nos Grupos Escolares, do centro, Professor Júlio Teodorico; e, nos dos bairros, General Ozório – Uvaranas, Professor Amalio Pinheiro – Nova Rússia, José Elias da Rocha – Olarias, Professor Collares – Oficinas e Becker e Silva – Ronda (Oliveira, 2002); de outro, representou não só uma administração municipal com base em uma “consciência de identidade política” centrada à educação pública mas, também, na “percepção dos costumes, das idéias e da mentalidade” (Campos, 1986) vigente na era Vargas, quando da construção desse complexo escolar em Ponta Grossa. O símbolo, Albary Guimarães, constituiu para a educação pública ponta-grossense um “momento educacional”, pois é representativo de valor para o conhecimento da cultura do passado histórico dos Campos Gerais do Paraná.

Assim, ao articular os registros orais e as imagens fotográficas às fontes escritas, contextualizou-se o entendimento sobre a educação pública ponta-grossense enquanto espaço de participação social: pois, visualizou-se o saber “saber fazer” poder e o saber “saber fazer” política (Certeau, 1994) de um administra-

dor. Albary Guimarães ao fundamentar-se em conceitos, princípios e teorias em torno da “gestão da coisa pública” idealizou o complexo escolar da rede de ensino municipal que, posteriormente, tornou-se da rede de ensino estadual em Ponta Grossa.

Albary Guimarães na história da educação pública ponta-grossense constituiu-se portador de uma identidade sólida por incrementar, dinamizar e facultar a construção de escolas públicas com base numa educação de qualidade. Neste sentido, buscou legitimar o saber “saber fazer” o poder político por meio dos processos simbólicos e representacionais, que externos à instituição escolar prefigurou-se como resultado “de um processo sócio-histórico de julgamento social, que se estabelece e se manifesta nas representações sociais que os sujeitos compartilham em um dado contexto” (Sales, 2000).

Nesta perspectiva, o contexto político/educacional centrado no período de 1932 a 1945, em Ponta Grossa, apresentou-se articulado a duas formas de olhar a educação pública, em:

- a nomeação de Albary Guimarães<sup>17</sup> pelo Interventor Federal do Paraná Manoel Ribas, em 1932 como gestor da “coisa pública” de Ponta Grossa. Após a promulgação da Constituição Federal de 1934, que marcou eleições gerais no Brasil, Albary Guimarães foi eleito para a casa, no ano de 1935. Com o golpe do Estado Novo, por Getúlio Vargas, em 10 de novembro de 1937, este político manteve-se no cargo através de Decreto Interventorial;

- a governamentalidade do poder público municipal na pessoa de Albary Guimarães, estruturada no processo constituinte de 1933/34 refletiu um padrão de cidadania, a partir do engajamento deste político com a questão do “direito público de educação” prescrita em Lei e “assumida pelo Estado após a Revolução de 1930” (Rocha, 2000).

Em ambas as situações, além dos diversos princípios educacionais tornarem-se preceitos constitucionais, em 1934, – como a gratuidade e a obrigatoriedade do ensino de 1º grau, o direito de todos à educação, a liberdade de ensino, a obrigação do Esta-

<sup>17</sup> Albary Guimarães nasceu em Curitiba, capital do Estado do Paraná. Na década de 20 fixou-se em Ponta Grossa, onde casou-se com Paula Schust. O casal teve duas filhas: Lygia Maria Guimarães, que se casou com o Dr. José Maria Munhoz da Rocha, e, Nilza Guimarães, a qual contraiu matrimônio com o Dr. Nelson Inthon Bueno.

do e da Família no que se refere à educação e o ensino religioso de caráter multiconfessional – constatou-se que a educação pública em Ponta Grossa se articulou, ainda, às questões relacionadas ao prédio escolar.

Este marco simbólico, quanto as edificações escolares e ao gestor Albary Guimarães, representa na história da educação pública em Ponta Grossa a consciência de uma identidade política, pois ao parafrasear Voillet-Le Duc (1869) entende-se por “consciência de identidade” um todo contínuo, que perpassa pela assimilação do passado, uma compreensão do presente e uma vontade em relação ao futuro.

Em Albary Guimarães havia uma consciência de identidade política, porque legitimou a construção de escolas em Ponta Grossa viabilizando, na década de 30, a implementação do ensino primário à população infantil, da classe da elite e da classe popular, inserida no espaço urbano compreendido pelo núcleo/central, e pelos bairros de Uvaranas (Norte), Oficinas (Sul), Ronda (Oeste), Nova Rússia (Nordeste) e Olarias (Leste). A visão política de construção de escolas, em Ponta Grossa, com base na estrutura tentacular da cidade permitiu dotar a população ponta-grossense, com vistas a um futuro de vida com qualidade de saber “saber fazer” saber intelectual.

Desta forma, não só edificou escolas para serem frequentadas pelos grupos de crianças da população de maior nível econômico e prestígio social como, também, construiu os prédios educacionais na periferia da cidade para alunos em idade escolar primária das camadas populares. Assim, sem maiores diferenças entre um e outro padrão de edificação legitimou historicamente a cultura escolar ponta-grossense na era de Vargas.

Diante do exposto evidenciou-se obviamente a legitimação do saber “saber fazer” educação para ambas as classes sociais, o que definiu em Albary Guimarães um político de visão para o futuro à respeito da educação pública em Ponta Grossa, haja vista essas escolas em sua dinâmica cultural buscar preparar diferentes grupos sociais da população, pois, conforme ressalta Bourdieu “a identidade social se define e se afirma pela diferença” (1979).

## REFERÊNCIAS

1. BOURDIEU, P. **La distinction**. Paris: PUF, 1979.
2. CAMPOS, P. M. Esboço da historiografia brasileira. In: \_\_\_\_\_ GLÊNISON, Jean. **Iniciação aos estudos históricos**. 5. ed. São Paulo: Bertrand Brasil/DIFEL, 1986. p. 205-294.
3. CARNEIRO, C. F. G. **Memória visual e história: a função sêmica da imagem fotográfica no processo de simiose social dos Campos Gerais do Paraná, Século XX**. Ponta Grossa: DEHIS/UEPG, 2002. (Projeto)
4. CARNEIRO, C. F. G. e BLEY, G. G. V. **Relatório: Levantamento e catalogação de fontes fotográficas para a história de famílias ponta-grossenses: bairro de Olarias, Século XX**. Ponta Grossa: DEHIS/UEPG, 2003.
5. CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.
6. CHAVES, N. B. Ponta Grossa: espaço e tempo. In: \_\_\_\_\_ **O diário dos Campos: discussões e revelações sociais em Ponta Grossa, década de 1930**. São Paulo: UNESP/Assis, 1998 (Dissertação de Mestrado).
7. CUSTÓDIO, L. A. B. Patrimônio edificado: conservação e ética. In: \_\_\_\_\_ **CIÊNCIAS & LETRAS**, Porto Alegre 1 (27): 177-188. Ago. 1979.
8. FOUCAULT, M. A governamentalidade. In: \_\_\_\_\_ **Microfísica do poder**. 7. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
9. GOMES, S. C. **Depoimento oral**. Ponta Grossa: Residência, 2002 (2:00h).
10. GONÇALVES, M. A. C. & PINTO, E. A. **Ponta Grossa: um século de vida, 1823 – 1923**. Ponta Grossa: Kugler, 1983.
11. KOSSOY, Bóris. **A fotografia: uma reflexão metodológica**. Curitiba: Casa da Memória, 1985. (Texto)
12. KWIATKOWSKI, P. & KWIATKOWSKI, H. **Entrevista oral gravada**. Ponta Grossa: Residência, 2002. (2:00 hr)
13. MADER, O. **Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Manoel Ribas, Governador do Estado do Paraná: exercício 1934**. Curitiba: Secretaria do Estado de Negócios da Fazenda e Obras Públicas, 1935.
14. MAUAD, A. M. Fragmentos da memória: oralidade e visualidade na construção das trajetórias familiares. In: \_\_\_\_\_ **Projeto de História: história e oralidade**, São Paulo, (22): 157-170. Jun. 2001.
15. OLIVEIRA, J. S. **Escola Estadual Becker e Silva**. Ponta Grossa: DEHIS/UEPG, 2000. (Monografia de Especialização em História e Sociedade).

16. OLIVEIRA, J. C. de. **Educadores Ponta-Grossenses: 1850-1950**. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2002.
17. PARANÁ, Diário Oficial do. **Instrução Pública**: decreto nº 745/62. Curitiba; Imprensa Oficial/1962 (Diário Oficial nº 24).
18. PARANÁ, Relatório do Interventor Federal no Paraná. **Educação Pública**: 1932-1939. Curitiba: Biblioteca Pública do Paraná, 2003.
19. PONTA GROSSA, Prefeitura Municipal. **Decreto Lei nº 03/42**. Ponta Grossa: Arquivo Público Municipal, 2002.
20. ROCHA, A. M. da S. **Educação**: uma análise das responsabilidades sociais. Guarapuava: UNICENTRO, 2001 (Monografia de Especialização em Supervisão Escolar).
21. ROCHA, M. B. M. de. **Educação conformada**: a política pública da educação no Brasil, 1930 – 1945. Juiz de Fora: UFIF, 2000.
22. SALES, L. C. Diferenças no saber em função do lócus do aprender. In: \_\_ **Olhar do professor**, Ponta Grossa, 3 (3):114. Nov. 2000.
23. VOILLET- LE DUC, E. **Dictionnaire raisonné de l'architecture**. Paris: s/ed., 1869.